



O discurso amoroso em questão: sujeito e autoria

Isabel Osório Tubino do Coutto

Professora pesquisadora do CREFCON, Centro de Referência em Educação e Formação Continuada/SEMED, São Gonçalo, e Professora de Língua Portuguesa da FAETEC/RJ. Possui Mestrado e Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos pela Universidade Federal Fluminense e desenvolve pesquisas em estudos de linguagem, especialmente em Análise do Discurso, Linguística Textual e Psicanálise
iotubino@hotmail.com

Resumo

O amor sempre foi objeto de interesse como sentimento “maior” ao qual se vincula o sentido de felicidade e realização humanas. Este trabalho tem por objetivo observá-lo enquanto resultado de práticas discursivas, o conjunto de conceitos articulados que permitem a cristalização de consensos constituídos culturalmente em uma memória. A interpretação desses conceitos só é possível a partir do conhecimento das ideologias vigentes em determinado tempo e lugar. O sentido não é algo fechado, limitado a uma significação possível, ao contrário, é infinitamente aberto, uma vez que cada palavra só pode significar em relação a outra(s). Não se pode conceber a linguagem como mero elemento de comunicação que designa os seres e os conceitua; mais que isso, as designações e os sentidos se constroem na relação linguagem-sujeito-história. Como não se pode falar em linguagem ou ideologia sem pensar em sujeito, a reflexão que se segue procura interpretar, nas redações escolares de alunos de 8º e 9º anos do ensino fundamental, os efeitos de sentido produzidos quando escrevem sobre o amor. Para melhor compreensão desses efeitos de sentido, fez-se necessário um estudo sobre a questão da autoria, no qual entram elementos fundamentais como consciente/inconsciente e enunciação/enunciado.

Introdução

Este trabalho trata do amor enquanto resultado de práticas discursivas. Tema constante na história da humanidade, o amor chega à contemporaneidade articulado por imagens e linguagens que o colocam como ideal de felicidade a ser conquistado. A linguagem deve ser entendida como representação humana das ideologias que através dela se manifestam. Como é na materialidade linguística do discurso que as ideologias se estabelecem, a reflexão que se segue

procura interpretar, nas redações de adolescentes, os efeitos de sentido produzidos quando o tema é o amor. Uma vez que não se pode pensar em linguagem sem pensar em sujeito, fez-se necessário um estudo sobre a questão da autoria, no qual entram elementos fundamentais como consciente e inconsciente e enunciado e enunciação.

Convém esclarecer que o que se segue é um recorte da dissertação de mestrado apresentada em 2003/UFF¹, na qual foram analisados textos produzidos por alunos do Ensino Fundamental (8º. e 9º. anos) de duas escolas da rede pública do Rio de Janeiro. Os alunos, adolescentes entre 12 e 16 anos, produziram seus textos em sala de aula e tentaram colocar no papel suas definições sobre amor e paixão ou a descrição de como seria a pessoa ideal para amar, a partir da leitura de alguns textos sobre o tema. As redações, cujos fragmentos são aqui reproduzidos, foram transcritas exatamente da maneira como os alunos as escreveram, sem nenhum tipo de correção, para evitar qualquer forma de interferência.

Sujeito e autoria

Toda a discursividade que cerca o amor pode ser entendida como uma forma de narrativa que se fez e que se faz sobre ele. O amor tem sido “narrado” por sujeitos diversos em diversas épocas, através de relatos pessoais ou históricos. Ao narrar, o sujeito se refere a ações ou acontecimentos que tanto podem ser reais como imaginários, relativos ao tempo e ao espaço da narrativa. Entretanto, mesmo na ficção, os elementos encadeados não podem ser pensados como surgidos do nada – o enunciadador empresta à narrativa suas vivências, concepções e ideologias.

As narrativas correspondem à expressão das práticas sociais simbolicamente determinadas, nas quais se dá o processo de significação. A maneira como o sujeito faz suas escolhas para narrar determinado fato (real ou não) está diretamente relacionada a fatores sociais e pragmáticos, fatores previamente determinados por um já-dito, uma memória que o antecede, ou mesmo pelo inconsciente que o interpela e interfere no seu processo de produção.

Pensar a narrativa em sua dimensão simbólica é abrir possibilidades outras ao que já foi narrado, pois o sujeito da narrativa entra no jogo significativo ao fazer escolhas que se relacionam a outras narrativas – o poder em suas diferentes formas: os valores já alicerçados nas instituições,

¹ COUTTO, Isabel Osório Tubino Do. *O Amor em palavras* – o discurso amoroso em questão. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos Linguísticos) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2003.

códigos, crenças e todo o cenário de práticas sociais existentes. Dessa maneira, ao optar por uma narrativa, outras possíveis ficam de fora, mas podem ser tomadas e retomadas, articuladas e rearticuladas em outro momento ou lugar.

O discurso amoroso não foge a essa prática narrativa que o constituiu. Muito pelo contrário, talvez o amor seja o tema mais abordado pelo homem desde a representação da mulher grávida nas cavernas da Idade da Pedra. Ele tem sido a espinha dorsal da maioria dos enredos poéticos, contado e recontado nos romances e folhetins, e está sempre presente nas igrejas, em seus confessionários e nos consultórios de psicanálise.

Nos textos analisados, o aluno, sem essa noção de tudo o que o constitui e afeta previamente, procura narrar suas próprias histórias amorosas (vividias ou idealizadas), e, na tentativa de colocar seu traço pessoal ao escrever sobre o amor, acredita ser autor do seu dizer.

[1] “tem uma pessoa que um dia eu encontrarei e me casarei com essa pessoa. (...) Quando eu encontra esse meu amor eu sei que vou ser um homem muito feliz e até posso casar e ter uma grande família e quando esse dia chega eu já posso morrer em paz”. (Francisco, 7ª série, 13 anos).

No texto deste aluno, é fácil perceber todo um ideal de vida construído em uma trajetória a ser percorrida: a descoberta do amor a partir da existência de uma pessoa, a pessoa certa, que ele vai encontrar um dia, vai concretizar esse amor através de um sacramento, o matrimônio, e só então ele será feliz, tão feliz que pode até morrer, porque já estará plenamente realizado. O amor aqui é visto como a condição máxima e definitiva para a felicidade. Através dessa narrativa, há um sujeito afetado por valores sociais: a crença na existência de uma pessoa única, predestinada para ele, a quem ele deverá ser fiel e com quem formará uma família, apoiado por uma instituição religiosa.

A figura do autor, como princípio organizador de um texto, apresenta elementos paradoxais: ao mesmo tempo em que é o articulador de uma produção pessoal, “original”, só se realiza dentro de um campo discursivo previamente estabelecido e legitimado. A relação entre o sujeito e o que ele diz se dá de forma concreta na maneira como ele se representa na escrita. A escrita, entre tantas definições possíveis, pode ser entendida como materialidade discursiva.

... a escrita é um jogo ordenado de signos que se deve menos ao seu conteúdo significativo do que à própria natureza do significante; mas também que esta regularidade da escrita está sempre a ser experimentada nos seus limites, estando ao mesmo tempo sempre em vias de ser transgredida e invertida; a escrita desdobra-se

como um jogo que vai infalivelmente para além das suas regras, desse modo as extravasando. Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever, nem da fixação de um sujeito numa linguagem; é uma questão de abertura de um espaço onde o sujeito de escrita está sempre a desaparecer. (FOUCAULT, 1992, p. 35).

Segundo Foucault, os textos começaram a ter autores quando o autor se tornou passível de ser punido, ou seja, quando se tornaram transgressores. Historicamente, quando foram promulgadas regras escritas que determinavam sobre os direitos do autor, sobre as relações autores-editores e sobre os direitos de reprodução, estabeleceu-se então a noção de propriedade para os textos (final do século XVIII e início do século XIX).

Hoje, essa função autor desempenha relevante papel nas obras literárias. Na verdade, a função autor é um processo, ela é o resultado de uma operação complexa que delimita um conjunto de características pertinentes a um elemento unificador, que se cerca de racionalidade na tarefa da construção textual. Ele é o elemento organizador, aquele que “fecha” um todo de sentido.

Um texto é constituído de signos que permitem remeter ao autor: pronomes pessoais, advérbios de tempo e de lugar e a conjugação verbal. Naturalmente, há fatores a serem observados, como os gêneros e os meios nos quais os textos são veiculados, por exemplo. A importância de um discurso para efeito de análise não pode limitar-se ao seu valor expressivo ou às suas transformações formais. Devem ser consideradas principalmente suas modalidades de existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos. Tais modalidades variam de acordo com cada cultura. É nesse jogo que se faz presente o autor, na articulação entre as relações sociais.

O sujeito é sempre definido historicamente e sua relação com a linguagem se constitui da ilusão ideológica de que ele é fonte de seu dizer. Sem perceber que é assujeitado, retoma sentidos já existentes que se inscrevem em formações discursivas determinadas. As funções discursivas-enunciativas constituem modos de “apagamento” do sujeito. Esse apagamento, no entanto, será a própria possibilidade de transmutação do sujeito em diferentes formas e funções.

Nessa perspectiva, o autor é a instância em que haveria maior “apagamento” do sujeito. Isto porque é nessa instância – mais determinada pela representação social – que mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz. (...) Assim, do autor se exige: coerência, respeito aos padrões estabelecidos, tanto à forma do discurso quanto às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e, entre várias coisas, ‘unidade’, ‘não contradição’, ‘progressão’ e ‘duração’ do seu discurso (ORLANDI, 1996, p.78).

Todas essas exigências fazem parte do universo institucionalizado da escola e procuram tornar possível a identificação de um sujeito na função de autoria, reconhecer suas intenções, objetivos, direção argumentativa – um sujeito visível, perceptível nos textos que produz. É a partir dessa realidade que o aluno começa a escrever. Para colocar-se como autor é preciso que ele estabeleça uma relação com a exterioridade e, ao mesmo tempo, que remeta à sua própria interioridade para construir sua identidade enquanto autor. Dessa maneira, o autor é o sujeito que, através da utilização de certos mecanismos, representa, pela linguagem, esse papel, de acordo com o contexto histórico e social em que se inscreve.

[2] *“Gostar é pouco, eu amo muito do fundo do meu coração minha família. Eu me orgulho por ter meus pais e ter irmã. Não sou bem retribuída pelo amor que sinto por meu pai, pois ele é um cara muito calado muito sozinho ele não divide as coisas com agente ele não abraça nem a mim nem a minha irmã ele é muito na dele, por isso eu não acredito no amor por ele ter uma outra família eu acho que ele gosta mais da outra família. Ele só fica com a gente por ter obrigação, então não acredito no amor. Seja qualquer um”.* (Vanessa, 8ª. série, 15 anos).

Neste texto, a aluna traz sua própria história de vida para o papel. Ela optou por um texto narrativo, no qual coloca mais evidentemente sua personalidade e seus conflitos. Primeiro, afirma amar a família, depois nega o amor porque sente medo da rejeição. O sentimento de perda pela ausência do pai é o ponto mais forte do texto, e parece ser essa perda, essa rejeição, o que a fez escrever sobre o amor familiar, ao contrário da maioria de seus colegas que optaram por falar sobre o amor romântico. Quando termina, ela nega a crença em qualquer tipo de amor, porque sua dor ainda está muito presente, ela ainda não consegue aceitar a separação dos pais nem o fato de o pai ter uma outra família. Inconformada, não é capaz de prever uma vida amorosa feliz no futuro. Percebe-se nessa redação a tentativa de um texto próprio, pessoal, marcado pela subjetividade. A adolescente não repete sintagmas prontos ou chavões sobre o amor. Embora haja erros em relação à norma culta, há um sujeito que tenta elaborar um texto seu.

De acordo com Lacan, a noção de subjetividade está fortemente marcada em qualquer contexto analítico e não pode ser desconsiderada. A partir de Freud e da descoberta do inconsciente, modifica-se a noção de sujeito que deve ser repensada tendo em vista um sujeito sempre subordinado a uma estrutura que o determina.

A teoria lacaniana entende que o sujeito, ao fazer uso da linguagem, relaciona significantes na tentativa de ser o agente articulador do seu discurso. Há, entretanto, além do inconsciente, todo um

sistema simbólico que preexiste a ele e ao qual ele se filia. Na tentativa de “burlar” as regras desse jogo, previamente estabelecidas, o sujeito tenta racionalizar. Para tanto, cerca-se de tudo o que pode lhe dar a ilusão de controle: conceitos, leis, códigos. E é aí que a língua se situa, enquanto sistema, a ferramenta utilizada na elaboração de um discurso próprio e intencional. Esse sujeito, respaldado no consciente e no domínio do saber, é o chamado sujeito do *cogito*, segundo Lacan, e é o mesmo sujeito cartesiano. Esse sujeito da razão e do pensamento consciente apresenta-se de maneira oposta ao sujeito interpelado pelo inconsciente, apresentado na teoria freudiana.

Longe de ser agente, o sujeito é determinado por uma série de fatores simbólicos que estabelecem aquilo que é possível enunciar, dessa maneira o sujeito se posiciona sempre em relação a outro, e esta é uma relação mediada por um sistema de regras e convenções do registro simbólico. Entre os elementos que mais limitam o homem está a língua, sistema rígido e finito de unidades e de regras de combinação e que se caracteriza muito mais pela falta do que pela completude para fornecer ao homem a sustentação necessária ao seu dizer. O homem, em sua relação com o discurso e o sentido, alicerça sua cultura e toda a ciência na instabilidade de uma linguagem insuficiente e imprecisa.

Lacan salienta, entretanto, que ao se romper a noção do sujeito cartesiano, não se deve entender o inconsciente como algo irracional, confuso e caótico. Essa ideia reforça a preponderância do consciente como “solo” seguro para o sujeito ordenar sua própria estrutura, o que traz à tona uma certa ambiguidade que deve ser esclarecida. O inconsciente seria o ponto em que o sujeito supõe não haver pensamento, mas, na verdade, é o ponto de partida para poder enunciar, é onde ele “pensa não pensar”, mas é o conjunto de experiências, leituras, sentimentos, armazenados que, embora ele não possa controlar, estão presentes a cada pensamento e a cada enunciação.

A inquietude que a noção do inconsciente causa à humanidade acontece justamente porque derruba a ilusão de solidez em qualquer conceito. Ela deixa à mostra a fragilidade e a fragmentação do sujeito que não pode ser uno, uma vez que é formado por consciente e inconsciente.

O sujeito e o discurso só passam a existir depois de significados, numa produção que atravessa a superfície do discurso (enunciado). A enunciação nada mais é do que uma forma de interpretação, considerando-se a heterogeneidade e a polifonia que constituem o sujeito que interpreta. Lacan, ao esclarecer as questões relativas ao sujeito do enunciado e ao sujeito da

enunciação, salienta que esse último é apenas simbolizado através de um embreador. O sujeito do enunciado é o que fica aparente, ele se torna visível na instância do discurso, dada sua exterioridade. Suas marcas são apreensíveis porque estão em harmonia com regras ditadas por todo um código social, simbólico. O sujeito da enunciação, em oposição, não aparece claramente na significação, ele fica à margem, nas entrelinhas – ele é o sujeito do inconsciente.

O sujeito do enunciado é visível no texto, ele é o sujeito aparente e, simbólico, repete o que o código social quer – as formações discursivas, as crenças. Ele é o sujeito do consciente que tenta fechar “um todo de sentido”, mas sua fala reflete seu tempo e as ideologias vigentes. É o aluno dentro do universo institucionalizado da escola devolvendo ao professor os dizeres perpetuados sobre o amor. Ele acredita ser isso o que o professor espera dele.

O sujeito da enunciação é interpelado pelo inconsciente. Ele não aparece claramente no enunciado, mas naquilo que “foge”. Ele é inferido a partir do que fica subentendido, denegado, recalçado.

[3] “Amor é um sentimento muito bonito que as pessoas sente. O amor é que nem muitas pessoas falam: “O amor não tem idade”. Eu conheço um caso que o marido tem 34 anos e a esposa tem 41 eles tem diferença de idade, mas eles se amam (...)”. (Dayvison, 7ª. série, 13 anos).

O sujeito do enunciado faz-se presente na repetição dos lugares-comuns que cercam o discurso amoroso, como no caso do “amor não tem idade”. No texto, percebe-se a tensão entre o sujeito da enunciação e o do enunciado, quando o aluno tem a ilusão de ser autor do seu dizer, mas outras vozes são ouvidas nas entrelinhas. Embora afirme que o amor não leva em conta a diferença de idade, o texto, como um todo, não nos leva a acreditar na veracidade da afirmativa do autor. Ao citar o exemplo de um casal cuja mulher é mais velha que o marido (o que é mais raro e menos aceito na nossa sociedade), ele utiliza em seguida a conjunção adversativa “mas”, denunciando uma oposição, uma certa contrariedade do sujeito da enunciação ao repetir o chavão “o amor não tem idade”, usado pelo sujeito do enunciado, porque é uma das formações discursivas vinculadas ao amor e aceitas socialmente (não enquanto prática comportamental, mas enquanto prática discursiva).

Considerando a questão do sujeito na linguagem, devemos observar a diferença entre a subjetividade que Benveniste coloca como a capacidade do locutor na proposição de um sujeito

(eu-enunciador) e a subjetividade objeto de estudo da Psicanálise. Para Benveniste², o eu se fundamenta no ato da linguagem, quando, por contraste, o enunciador (eu) designa o receptor (tu). Este eu é constituído meramente na instância do discurso, marcado pela gramática como elemento pragmático do processo de comunicação.

Para a Psicanálise, a questão da psicanálise é bem mais ampla. A partir dos estudos de Freud sobre o inconsciente, descobre-se um novo sujeito, em oposição ao sujeito do enunciado ou do significado, que é o sujeito da razão, do *cogito*, o sujeito cartesiano. O sujeito do inconsciente contrapõe-se ao simbólico, ao social, mas só pode existir o inconsciente se houver o simbólico (consciente). O pensamento simbólico é o resultado das práticas sociais, de tudo que é convencional e cultural. É na união do inconsciente com o consciente que se dá a subjetividade, na junção desses dois sistemas psíquicos que se opõem e ao mesmo tempo se completam.

Segundo Freud, a linguagem é instrumento do consciente e não do inconsciente, o que não elimina a existência de significantes pré-verbais anteriores à formação dos dois sistemas. As representações de coisas são distintas das representações das palavras. O inconsciente é constituído por representação de coisas, enquanto as representações de palavras e o afeto se restringem ao sistema pré-consciente/consciente.

Quando enuncia, o sujeito faz representações, simboliza, idealiza, toma-se da linguagem e constrói seu próprio discurso. Assim, ao fazer uma sequência linguística, o sujeito utiliza unidades significativas (para ele) como elementos formadores da textualidade que, no seu modo de percebê-las, construirão um conjunto de nexos, um bloco de sentidos que produz significação. Entretanto, os mecanismos do inconsciente, com sua carga de impulsos, sem a “censura”, sem a “negação”, sem o “controle” do consciente, estarão interagindo com o consciente na representatividade da linguagem. Fica evidente, então, que, para a Psicanálise, o sujeito é muito mais do que aquele que enuncia, uma vez que ele não tem como controlar, nem perceber, nem filtrar as manifestações do inconsciente no ato da enunciação.

² BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

Conclusão

Há uma grande distância entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, dizer algo não é o mesmo que ser sujeito da enunciação. Em todo o processo de enunciação, há algo que extrapola, algo que vai além do conteúdo do enunciado: um não-dito, uma denegação, um recalque, qualquer coisa que remete ao sujeito da enunciação, num lugar além do sujeito do enunciado. Isto acontece justamente porque o sujeito é formado por duas entidades: consciente e inconsciente. A posição que o sujeito ocupa no discurso revela mais que o próprio teor do seu dizer. O que fica implícito, na verdade, é o que remete ao sujeito.

Todo sujeito é heterogêneo, tomado por um inconsciente que ordena um determinado fluxo de relações articuladas que vão fazer da consciência um efeito. As articulações feitas pelo inconsciente, entretanto, não são aleatórias, há um motivo, um porquê, uma lógica qualquer que faz com que o sujeito diga algo de um jeito e não de outro.

Na perspectiva lacaniana, o sujeito do inconsciente é o sujeito do desejo. Quando põe em funcionamento a linguagem, o sujeito articula algo de seu desejo, que se apresenta oculto de si mesmo na sua própria fala. É na linguagem, na articulação de significantes, que o sujeito se manifesta. Em contrapartida, é pela própria linguagem que o sujeito se perde, por ser sujeito do inconsciente, sujeito do desejo.

Já que a escrita se materializa na tensão existente entre a língua (estrutura, código) e o discurso (ideologia e historicidade), a função da autoria desempenha relevante papel nessa tarefa, uma vez que é o sujeito, com toda a sua “bagagem” e visão de mundo, que vai atuar no ponto de interseção dessa tensão.

A liberdade, na escrita, não passa de um momento: o momento da escolha. Ao escrever, o aluno faz uso da língua (objeto social por definição, que permite a materialização do enunciado) e se submete a formações discursivas já significadas em outros textos. As redações, enquanto exercício de escrita, revelam a relação do sujeito/aluno com o próprio ato de escrever. Apresentam caráter narrativo, num sentido amplo, uma vez que nada mais são senão relatos de eventos pessoais que contam histórias de sujeitos.

Ao colocar-se na escrita, o sujeito seleciona, insere-se em determinada ideologia em lugar de outra, faz escolhas. Não aleatoriamente, mas de acordo com suas vivências e crenças e, assim, acaba por individualizar a escrita, como o resultado de uma forma pessoal de expressão, na qual

reproduz suas experiências. Certamente o aluno não tem esse conhecimento e, por ser um indivíduo ainda em formação, ainda em processo de maturidade com a própria linguagem, “escorrega” em erros gramaticais, “tropeça” nas estruturas sintáticas, inventa palavras que não existem no “código”, elabora textos “truncados” e repete chavões sobre o amor como se fossem seus – o pensamento de outros que ele “pensa pensar”.

[4] “O que é o amor?... O amor é um sentimento. Tudo bem, como ele aparece em uma pessoa, pra que serve? O amor aparece numa pessoa quando duas pessoas se encontram e se tem um sentimento mais forte. E pra que serve? Serve para se sentirem melhor e ver apenas o lado bom da vida, viver melhor. Mais como é sentir amor, assim... fisicamente? Fisicamente!... Não existe amor fisicamente, a única coisa é que o amor deixa a pessoa mais “boba”. Então o amor não tem de todo bom? Sim mais essa bobisse não é ruim. Uma bobisse boa? Como pode ser bom ser bobo. Não sei dizer, tem coisas na vida que não tem explicação certa nem pergunta certa eu acho que o amor é inesplicável e iperguntável”. (Getúlio, 8ª. série, 13 anos).

O texto de Getúlio apresenta alguns erros gramaticais, mas quando escreve “bobisse” e “iperguntável”, pode-se vislumbrar um sujeito em busca de suas próprias palavras. É forte a intenção nesse texto de uma escolha pessoal, não estamos diante de um sujeito que repete frases feitas, mas que busca identificar-se com sua escrita e colocar-se nela. A própria maneira de conduzir o texto, através de perguntas e respostas, deixa visível a tentativa de uma perspectiva individual mesmo diante de um tema batido e banalizado como o amor.

As escolhas que o sujeito faz acabam por revelá-lo. Ao se comprometer com sua escrita, o sujeito se torna autor do seu dizer, entrelaçando dizeres, agrupando o pensamento em um bloco de sentido por ele organizado, o sujeito se apropria da linguagem para representar-se e significar.

Todo discurso é formado por diversos outros discursos. Na voz de qualquer sujeito outras vozes estão presentes. Todo e qualquer discurso caracteriza-se por sua heterogeneidade e polifonia – o produto de interdiscursos.

A linguagem, complexa expressão humana, escorregadia e imprecisa, denuncia o sujeito como essencialmente histórico e social. Sua fala representa seu tempo e seu papel social. O sujeito situa seu discurso em relação aos discursos do outro, que não é simplesmente seu destinatário, aquele a quem se dirige quando enuncia, mas o conjunto de outros discursos historicamente já constituídos e que deixam marcas na sua fala.

Quando opta por um caminho e não outro, quando aborda determinado tema sob uma ótica e não outra, o sujeito abre espaço para novas possibilidades. Embora preso a determinadas pressões

que limitam a condição humana (como o próprio inconsciente), nenhum processo de assujeitamento pode ser imutável, uma vez que o sujeito não ocupa apenas uma posição social, não desempenha apenas um papel na sociedade, ao contrário, ele está sempre em constante deslocamento e assumindo outras posições que modificam suas perspectivas, seu ponto de vista e seu desejo.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19, p. 25-45, Campinas, SP: Unicamp, 1990.

_____. *Palavras incertas*. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

COUTTO, Isabel O. Tubino Do. *O amor em palavras: o discurso amoroso em questão*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Fluminense Fluminense, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: graal, 1993. v.1.

_____. *O que é um autor?* Coimbra: Veja-Passagens, 1992.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

KRISTEVA, Julia. *Histórias do amor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LACAN, Jacques. *O Seminário*. Livro 8 – A Transferência. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Linguagem e seu funcionamento*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.

_____. *Discurso e leitura*. Campinas, SP: Unicamp/Cortez, 1996.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Unicamp, 1988.

VALLEJO, Américo; MAGALHÃES, Ligia C. *Lacan: operadores da leitura*. São Paulo: Perspectiva, 1981.